

ATA Nº. 10

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM
27-03-2019**

--- No dia vinte sete de março de dois mil e dezanove, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **Luís Filipe Alves Ribeiro Antunes**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos Senhores **Lúcia Dias Abelha** e **Fernando Jorge Vieira Maurício**, designado pelo Presidente da Assembleia, dada a impossibilidade justificada pela Secretária **Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves** em estar presente nesta Sessão.

--- Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros: -----

--- Em representação do **Partido Socialista**: -----

--- Mário André Balsa Gonçalves, Manuel António Simões Martins, António Manuel Henriques Miguel, Ricardo José Pires Antunes, Carlos Belo Duarte Alfaia, Liliana Patrícia Gomes Rodrigues e António Manuel dos Santos Rodrigues. -----

--- Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

--- António José Maia de Mascarenhas, Manuel João Pires Faria, Maria João Gil dos Santos Grácio, Carlos Alberto Alves da Silva, Fernando Adelino Soares Barroso e Susana Paula de Matos Vieira da Cruz. -----

--- Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

--- Carlos Manuel Godinho Matias, Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão e Pedro Miguel da Silva Santos. -----

--- Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

--- António Silvino da Costa Ferreira -----

--- Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**: -----

--- Rosa Teresa Alexandre Teixeira -----

--- Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: -----

--- Rui Cardoso Maurício. -----

--- Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

--- Ezequiel Soares Estrada. -----

--- Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Tília dos Santos Nunes, Jaime Manuel Gonçalves Ramos, Kelly Patrícia Carvalho da Silva e Marco Filipe Sá Geração. -----

--- O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, começando por informar sobre a impossibilidade justificada de Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves em estar presente nesta Sessão, tendo sido substituída por António Manuel dos Santos Rodrigues. Foi dispensado o respetivo ato de posse nesta Sessão, por ter sido já empossado em Sessão anterior do presente mandato. ---

--- Continuando, o senhor **Presidente da Assembleia** designou o Sr. Fernando Jorge Vieira Maurício para substituir a 2.ª Secretária na Mesa. -----

--- Pediu ainda que todas as intervenções que sejam feitas e que os Srs. Deputados pretendam ver incluídas em ata sejam enviadas com a maior brevidade para o e-mail da Assembleia Municipal, de forma a facilitar e agilizar a realização da ata. -----

ORDEM DOS TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM

APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE SUBCONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DE TERRENO NO CASAL VIDIGAL, A CELEBRAR ENTRE A IP PATRIMÓNIO – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO IMOBILIÁRIA, SA E O MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

--- Foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- António Ferreira (CDU) tomou a palavra, começando por questionar sobre a fonte de financiamento para um investimento que irá além de um milhão de euros. Quis depois alertar para não se repetirem erros em investimentos no que toca à zona industrial, a qual considera fundamental. Reconhece que a atual zona indústrial não dispõe de condições para a indústria se fixar, o que exigirá um investimento, designadamente numa ETAR industrial, uma vez que a atual foi feita quando da construção do Casal Vidigal, com recursos insuficientes para uma zona industrial. -----

--- Manuel Faria (PSD) interveio seguidamente para colocar algumas questões sobre o processo, designadamente a que tipo de empresas se destina, se já existe um plano estratégico de captação de empresas, se existe alguma empresa de natureza ferroviária interessada em se instalar nesta zona industrial; por outro lado, questionou o executivo sobre se este acordo não significará que a IP e mesmo o governo se terão desinteressado de investir no Entroncamento. -----

--- Rosa Teixeira (CDS) interveio também para saber se existiria já um plano de promoção e captação de investimentos deste novo parque industrial. -----

--- Mário Balsa (PS) interveio, de seguida, para se congratular por se ter chegado a este acordo que permite disponibilizar ao Entroncamento uma bolsa de terrenos para permitir a fixação de empresas que desenvolvam o concelho e criem empregos, melhorando a capacidade competitiva no contexto regional e nacional. No que diz respeito ao alegado desinvestimento na ferrovia, considera que se trata do contrário, uma vez que a própria IP sairá reforçada com um investimento desta dimensão, com uma significativa rentabilização destes terrenos, contribuindo para o desenvolvimento de toda a zona envolvente à zona industrial. Evidenciando o interesse da IP na rentabilização dos espaços que detem. Permitirá assim a fixação de indústrias na área da logística, dos transportes, pelo que, afirmou a conluir, uma etapa decisiva no desenvolvimento do concelho, contribuindo para a afirmação do Entroncamento na região e no país. -----

--- Carlos Matias (BE) começou a sua intervenção, afirmando que a sua bancada votaria favoravelmente a proposta em apreciação, considerando acertada a decisão da câmara, uma vez que dotará o concelho de novas empresas. Considerou oportunas as questões colocadas sobre as infraestruturas, destacando o problema da existência de empresas de ponta, amigas do ambiente, interessadas em se fixar na região, o que limitará a capacidade de seleção das empresas a optar por esta zona industrial. No que se reporta aos investimentos na ferrovia, questão pertinente e atual, as perspetivas apontam para uma recuperação de décadas de atraso e desinvestimento na ferrovia, com encerramento de linhas de estações, a não aquisição de material circulante, de que beneficiará o nosso concelho. -----

--- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, o qual prestou os seguintes esclarecimentos: -----

--- Em termos do investimento previsto, as infraestruturas do novo Parque Empresarial do Entroncamento serão de rede viária, saneamento, abastecimento, energia, comunicações, fibra ótica, gás natural, potência elétrica em média tensão e espaços verdes, para que tenhamos uma zona empresarial que possa captar boas empresas, que

sejam tecnologicamente mais avançadas mas que tenham também uma preocupação ambiental forte. As empresas serão industriais, de logística, comércio, serviços tecnológicos. Reforçou a ideia e a expectativa de se poderem ali localizar um conjunto de empresas ligadas ao negócio ferroviário, quer enquanto fornecedores da ferrovia quer enquanto utilizadores da infraestrutura. Não se definindo um perfil específico, realçou-se uma oferta de infraestruturas que podem indiciar a possibilidade de atração de empresas de qualidade, com respeito pelo ambiente e com mão de obra qualificada. Acrescentou que, neste momento, existem já algumas possibilidades muito interessantes, também devido ao nosso trabalho de divulgação do Parque e oferta de infraestruturas, referindo-se à possibilidade de uma empresa tecnologicamente evoluída, com interesse em se fixar na zona industrial de Entroncamento. Sublinhou também a preocupação de procurar que o impacto na vida das pessoas que vivem na zona seja minimizado. -----

---Relativamente à ETAR industrial, explicou não fazer sentido construí-la pois corríamos o risco de fazer esse investimento e nunca ser usada. Informou, a propósito, estar já concluído o Regulamento do Parque Empresarial que será agora remetido à Câmara, para posterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, o qual prevê que as empresas que se instalem no Parque Empresarial terão que entregar os efluentes na rede de saneamento pública, de acordo com o exigido por Lei, de forma que quando os efluentes das empresas entrem da rede pública, cumpram as normas ambientais estabelecidas. -----

De seguida, sublinhou que qualquer investimento da ferrovia será importante para o Entroncamento, recordando que ao lado do Parque Empresarial se localiza um importante complexo de logística das Infraestruturas de Portugal e muitos dos seus investimentos, dando como exemplo a reabilitação da linha Covilha-Guarda, implica o acesso a produtos e equipamentos que entram pelo Entroncamento, o que contribuirá para a fixação de empresas ligadas à ferrovia, reconhecendo que sejam privilegiados investimentos mais ao nível das mercadorias que dos passageiros. Como exemplos de investimento na cidade, informu que a CP já garantiu que vai recuperar vinte e duas carruagens até ao final do próximo ano para melhorar os comboios intercidades, a par da recuperação dos Alfas, que já está a ser efetuada nas oficinas do Entroncamento. No que se refere ao investimento na área da manutenção, informou que se realizou no Entroncamento o primeiro encontro de trabalhadores e quadros da Medway, em que foi anunciado que empresa que irá alugar as oficinas da EMEF, estando a ser iniciado o projeto para uma nova oficina de manutenção de locomotivas e vagões, a concluir no espaço de três anos, o que se traduz num investimento de grande dimensão, o qual irá criar cerca de cem postos de trabalho na área da manutenção ferroviária, mantendo os que existem atualmente. Concluiu a sua intervenção, destacando que o Governo tem vindo a apostar na recuperação da ferrovia, começando a ser evidente que essa aposta começa a dar frutos.-----

--- Quanto ao investimento neste Parque Empresarial, previsto em um milhão e duzentos mil euros, explicou que se espera venha a ser financiado através dos Fundos Comunitários em 85%, tendo sido já apresentada a candidatura para o efeito; no entanto, tratando-se de um projeto estruturante para a cidade, caso não se consiga este financiamento, fará todo o sentido que se encontre um financiamento alternativo, com recurso à banca, de forma a garantir a criação desta estrutura que gerará emprego e riqueza para a cidade. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM-----

--- O ponto número um foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----



PONTO NÚMERO DOIS

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NÃO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI N.º 20/2019 DE 30 DE JANEIRO (PROTEÇÃO E SAÚDE ANIMAL E DE SEGURANÇA DOS ALIMENTOS)

--- Foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- António Ferreira (CDU) solicitou a palavra, começando por explicar que a sua intervenção serviria para este e para o seguinte ponto da ordem de trabalhos. Passou a ler uma declaração, em que sublinha que, para a CDU, a transferência de competências deverá considerar o Estado como um todo e não de forma parcelar como estará a ocorrer, de momento. Na sua perspetiva, o processo de descentralização não se resume à transferência de competências entre a administração central e as autarquias, aantes pressupõe o respeito pela autonomia financeira, administrativa, patrimonial, a garantia de acesso aos bens e serviços públicos necessários, a efetivação de direitos constitucionais, a universalização das funções sociais do Estado, a coesão nacional, a eficácia da gestão pública, a unidade do Estado, a adequação dos meios às necessidades, a estabilidade do financiamento. Faltam estudos que fundamentem a transferência de competências como está previsto na lei como não estão conhecidos os investimentos necessários, embora se fale em taxas que só agravarão o que os cidadãos já pagam, ou seja, o Estado apenas transfere funções sem as contrapartidas financeiras. -----

---O Presidente da Assembleia interrompeu a leitura da declaração para dizer que a mesma não estava relacionada com o ponto em apreciação, pelo que deveria o senhor deputado terminar a sua intervenção. Foi, de imediato, dada a palavra ao deputado Carlos Matias (BE), o qual leu a seguinte declaração: *“O Bloco de Esquerda sempre foi a favor de um processo de descentralização administrativa que assegure o princípio da subsidiariedade, com as decisões a serem tomadas pelo nível que está mais perto das pessoas, dos problemas e das soluções.*-----

Desde sempre - muitas vezes mesmo nesta Assembleia Municipal - defendemos que a regionalização do país é essencial para um processo dessa natureza. Regionalização onde se assegura a eleição democrática dos autarcas regionais e em que se proporciona uma escala adequada à natureza das opções a tomar.-----

O atual chamado processo de descentralização administrativa é uma operação que, no essencial, não assenta nestes pressupostos. Não resolve problemas e cria-os onde os não há.-----

Transfere competências para órgãos não eleitos, como as CIM. Ou para as Câmaras, onde não há, nem vai haver suficientes recursos humanos (técnicos e administrativos), agravando insuficiências municipais. Além disto, na maioria dos casos, como esclareceu o Sr. Secretário de Estado, transfere encargos de gestão sem o respetivo envelope financeiro. E mesmo quando uma transferência de verbas acompanha uma transferência de encargos (casos da educação e da saúde), os montantes transferidos são baseados num cálculo estático dos encargos, deixando aos municípios a responsabilidade por respostas acrescidas, no futuro. Em suma, este processo acordado entre PS e PSD é uma nódoa, felizmente rejeitada por muitos autarcas deste país.-----

E sendo verdade que em cada caso de transferência de competências importam os detalhes, muito mais importa a visão global deste lamentável processo que apenas parece visar o cumprimento do velho sonho de Miguel Relvas, de impedir a regionalização. --- O Bloco de Esquerda não vai por aí. Descentralização sim, mas com Regionalização.---

Daí a nossa posição. Acompanhamos a Câmara Municipal na rejeição das competências no domínio da proteção e saúde animal e segurança alimentar. Mas rejeitamos a aceitação de competências no domínio da cultura, já aceites pela Câmara Municipal.”--

--- Rosa Teixeira (CDS) interveio, de seguida, para informar que votará favoravelmente a proposta apresentada, reconhecendo que, com esta proposta, o município revela alguma sensatez pois, não havendo recursos, o melhor será adiar. -----

--- Mário Balsa (PS) tomou depois a palavra, começando por concordar com o BE no que respeita ao princípio da regionalização, entendendo, porém, estarem agora a ser dados passos nesse sentido. Relativamente ao ponto em apreciação, considerou tratar-se de uma competência com nuances mais técnicas e exigências específicas, recordando o concurso em aberto para a colocação de um veterinário, pelo que, não estando o quadro preenchido e não se dispondo de todas as condições técnicas para a sua execução no que respeita à qualidade alimentar e bem estar animal, considerou ser de bom senso adiar esta competência, no sentido de criar primeiro as condições necessárias para a sua implementação. No que respeita às comparticipações financeiras, esclareceu que, sabendo que algumas já trazem o respetivo envelope financeiro e outras não, prevendo-se, neste caso, a possibilidade de, no âmbito da competência, o próprio município poder ter receita, não havendo, assim qualquer problema desde que haja as competências técnicas e humanas para as executar. -----

Não havendo mais intervenções, passou-se à votação deste ponto.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS

--- O ponto número dois foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

--- O Sr. António Mascarenhas (PSD) apresentou a seguinte declaração de voto: “A bancada do PSD na Assembleia Municipal do Entroncamento vota a favor da proposta do Executivo no sentido da não aceitação no presente ano civil da transferência de competências no domínio da proteção da saúde animal e segurança dos alimentos, reconhecendo-se ser esta atitude de prudência a adequada para que o município se adapte técnica e humanamente ao exercício das novas competências.” -----

PONTO NÚMERO TRÊS

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS, NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI N.º 22/2019, DE 30 DE JANEIRO (EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA CULTURA)

---O Presidente da Assembleia começou por recordar tratar-se de um ponto para conhecimento e não para deliberação, uma vez que, nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro, apenas caberá às assembleias municipais deliberar se os órgãos executivos entenderem não exercer as competências previstas no ano de 2019. Seguidamente, foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- António Ferreira (CDU) que começou por apresentar uma proposta no sentido de que este ponto fosse objeto de votação e não apenas para conhecimento.-----

--- António Mascarenhas (PSD) interveio para fazer a seguinte recomendação: “A bancada do PSD na Assembleia Municipal do Entroncamento lembra o alerta que já fez na 9ª Reunião da Assembleia em que foram apresentadas as transferências de competências que o Executivo resolveu aceitar assumindo as respetivas responsabilidades desde janeiro de 2019. Foi dito então e hoje repete-se que sendo o processo de descentralização progressivo até 2021 será leviano aceitar apressadamente as responsabilidades inerentes sem garantias e sem plano de transição.” -----

--- Rosa Teixeira (CDS) pediu a palavra para reafirmar que o seu partido é favorável à descentralização, embora o atual modelo apenas sirva os interesses do Estado, faltando o correspondente envelope financeiro necessário a uma adequada programação cultural.---

--- António Martins (PS), por sua vez, solicitou a palavra para recordar que, independentemente da não existência de um envelope financeiro, o Entroncamento tem vindo já a fazer uma forte aposta na cultura, dando como exemplos um conjunto de iniciativas a decorrer e outras programadas, designadamente uma comédia musical, o projeto «os caminhos do ferro», a feira de abril, exposições diversas na galeria municipal, o festFado, concluído com a afirmação de que o Entroncamento já aposta na cultura. Dentro das suas possibilidades e respeitando os impostos constrangimentos financeiros; recordou mesmo que haverá, com a reabertura do cineteatro, uma significativa melhoria das condições para a concretização de projetos de âmbito cultural, pelo que não fara sentido rejeitar as competências na área da cultura, uma vez que o município assume já um destacado papel na matéria, pelo que a bancada que representa se congratula com esta decisão. -----

--- Após ponderação pela Mesa da Assembleia, uma vez que se tratava de apreciar uma proposta no sentido de deliberar sobre uma matéria que não constava da ordem do dia, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário, a possibilidade de ser apreciada e votada a proposta apresentada pela CDU. Embora se tendo pronunciado no sentido da não necessidade de a assembleia se pronunciar sobre uma matéria que, quer a bancada do PSD, quer a bancada do PS, entenderam ser competência do executivo, foi a sujeita a votação a proposta, em sentido contrário, apresentada pela CDU. -----

VOTACÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELA CDU-----

--- A Proposta apresentada pela CDU foi **rejeitada por maioria**, com dez votos contra do Partido Socialista, seis votos contra do Partido Social Democrata, um voto a favor do Centro Democrático Social, três votos a favor do Bloco de Esquerda e dois votos contra dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

--- Antes de concluir, o Presidente da Assembleia, informou que se prevê realizar a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Abril, no dia vinte e nove. Deu, de seguida, a palavra, à senhora vereadora da Educação, Tília Nunes, que prestou alguns esclarecimentos sobre os pontos de recolha de bens de apoio e solidariedade com a população da Beira, em Moçambique, na sequência do ciclone que afetou gravemente a cidade e a região. -----

--- Assim sendo, a Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.-----
--- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia, deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas.-----

--- A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal: 

A 1ª. Secretária: 

A 2ª Secretária: 